

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 39ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura  
1.2 – Comissão

### 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES



## ATAS

### ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2020

#### Presidência do Deputado Gustavo Santana

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.166 a 2.169/2020; Requerimentos nºs 6.252 a 6.254/2020 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Guilherme da Cunha e Doutor Jean Freire, da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Carlos Pimenta e Virgílio Guimarães – Encerramento – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

#### Abertura

O presidente (deputado Gustavo Santana) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Fernando Luiz Franco, presidente da Câmara Municipal de Campestre, encaminhando cópia da moção de repúdio dessa casa legislativa ao Projeto de Lei Complementar nº 46 e à Proposta de Emenda à Constituição nº 55. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Sr. José Marcos Martins de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, encaminhando cópia da moção de repúdio dessa casa legislativa ao Projeto de Lei Complementar nº 46 e à Proposta de Emenda à Constituição nº 55. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Sr. Silvano Esteves de Souza, presidente da Câmara Municipal de Berilo, encaminhando cópia da moção de repúdio dessa casa legislativa ao Projeto de Lei Complementar nº 46 e à Proposta de Emenda à Constituição nº 55. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)

Do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais encaminhando nota em que se manifesta em relação à aplicação dos recursos da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020. (– À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Amauri Artimos da Matta, coordenador do Procon-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.557/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.769/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Emília Eunilce Alcaraz Castilho, assessora da Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.025/2020, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.826/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.015/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.034/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.114/2020, do deputado André Quintão e da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.161/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Lavínia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.113/2020, da deputada Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.161/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Rosa Maria da Silva Reis, secretária de Estado adjunta de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.039/2020, do deputado Professor Cleiton. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.827/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Yago Condé Ubaldo de Carvalho, assessor do Gabinete da Advocacia-Geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.015/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

### **Orientações Gerais para a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo chat online, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 2.166/2020**

Dá denominação à Rodovia LMG-656 no trecho que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Rodovia Deputado Zé Braga o trecho da rodovia da LMG-656, que liga o Município de Lagoa dos Patos à LMG-674.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de setembro de 2020.

Zé Reis, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (Pode).

**Justificação:** José Castro Braga, mais conhecido como Zé Braga, era natural de Ubaí-MG. Além de médico clínico geral e obstetra, foi deputado estadual em Minas Gerais entre os anos de 1991 e 2003, eleito pelo PTB. José Braga foi também vereador em Brasília de Minas no período de 1972 a 1977 e presidente do Diretório Municipal do PDT.

Deputado e político com foco em sua atuação no Norte de Minas, o ex-deputado Zé Braga foi reconhecido por sua luta em prol desta região, o que fez dele deputado por 3 mandatos.

Enquanto deputado, Zé Braga lutou pelas emancipações dos municípios de Minas sendo autor da lei das últimas emancipações no estado e lutou pela melhoria dos acessos aos municípios norte mineiros, com a ampliação dos acessos às cidades do entorno de Coração de Jesus, Brasília de Minas, Lagoa dos Patos, Ibiaí, São Romão, Ponto Chique e cidades circunvizinhas, e nada mais justo neste momento do que reconhecer o seu trabalho, dedicando o nome do trecho de rodovia mencionado àquele que tanto lutou pelo povo daquela região.

Parlamentar aguerrido na defesa dos interesses de seu povo, foi responsável por inegáveis avanços proporcionados às regiões que representou, sempre se preocupando em especial em interceder em favor da saúde e da educação.

Zé Braga tinha 65 anos quando faleceu, em 07/01/2008, e deixou três filhos: Janser, Neilor e Ana Flávia.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.167/2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta prévia à comunidade escolar como requisito indispensável no caso de alterações do Plano de Atendimento anual das Escolas Públicas de educação básica da rede estadual de ensino e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A alteração do plano de atendimento anual das escolas públicas de educação básica da rede estadual de ensino que resulte em fechamento e/ou reestruturação de unidades, extinção de matrículas e consequente redução de oferta de vagas, somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do respectivo órgão do colegiado escolar e consulta prévia junto à comunidade escolar, assegurando o debate amplo e democrático.

Parágrafo único – A eventual medida de alteração no plano de atendimento da unidade escolar da rede estadual de ensino deverá ser feita conjuntamente com o respectivo sistema de ensino da rede municipal, assegurando, ausência de prejuízo de continuidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o não comprometimento do projeto político-pedagógico da escola e a garantia da oferta regular do transporte escolar.

Art. 2º – A redução do número de oferta de vagas nas escolas públicas de educação básica da rede estadual de ensino não poderá comprometer o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação vigente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de setembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** A proposição em epígrafe visa garantir a participação de toda a comunidade escolar e dos respectivos colegiados escolares do sistema de ensino da rede estadual quando da eventual mudança do plano de atendimento anual das escolas que venham a resultar em fechamento e/ou reestruturação de unidades, extinção de matrículas e consequente redução de oferta de vagas decorrente de ato unilateral e discricionário por parte da Secretaria de Estado de Educação, permitindo, assim, que as pessoas diretamente afetadas por tal medida sejam diretamente consultadas.

Assim, o projeto em questão consiste em medida importante para institucionalizar instrumentos de efetivação da gestão democrática do ensino associados à consulta pública à comunidade escolar, de modo que seja assegurado o direito fundamental de acesso à educação, que contribuirá, sobremaneira, com a melhoria da qualidade da educação básica do nosso Estado, conforme asseguram a Constituição Federal, a Lei Federal 9.394/1996 e as metas estabelecidas pelo atual Plano Estadual de Educação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Betão. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 621/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2.168/2020

Institui o Programa de Promoção da Saúde Única do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Promoção da Saúde Única do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Para os fins desta Lei, considera-se Saúde Única a integração entre a saúde humana, a saúde animal e o meio ambiente.

Art. 2º – São objetivos do Programa de Promoção da Saúde Única do Estado de Minas Gerais:

I – incorporação do conceito "Saúde Única" nas diretrizes estaduais de saúde, nas ações de vigilância em saúde e atenção básica e sanidade agropecuária;

II – adoção de políticas públicas para a promoção da saúde, da sanidade e da sustentabilidade no Estado;

III – articulação intra-institucional e interinstitucional, por meio do trabalho integrado e articulado entre os órgãos que atuam na área de saúde humana e animal, e meio ambiente ou que com elas se relacionam;

IV – implementação de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis e normas que contribuam para o alcance da segurança e sanidade alimentar e de eficientes controles sanitários;

V – cooperação e colaboração entre médicos veterinários e demais profissionais de saúde e meio ambiente visando a integralidade da atenção à saúde e a prevenção de doenças e agravos, a sanidade dos alimentos e a preservação do meio ambiente.

Art. 3º – São diretrizes do Programa Estadual de Promoção da Saúde Única:

I – atuação interdisciplinar dos profissionais de saúde de forma a atingir um equilíbrio na interface da saúde humana, animal e ambiental;

II – abordagem holística, colaborativa, transdisciplinar e multi setorial para prevenção, detecção e tratamento de doenças;

III – fomento à educação sanitária e à qualificação técnica em boas práticas agropecuárias, de produção e de comercialização, visando a sanidade e a qualidade dos alimentos disponíveis aos consumidores;

IV – integração, cooperação e articulação entre as esferas federal, estadual e municipal de governo para implementação das diretrizes e normas que regulam o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e para adesão aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários – SISBI;

V – integração de programas, projetos e serviços de saúde de forma articulada pelas unidades governamentais e não governamentais vinculadas ao SUS e ao SUASA;

VI – promoção, elaboração e coordenação de ações, projetos e programas para garantia da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários;

VII – identificação e prevenção de potenciais danos relacionados à saúde, resultantes de exposições a substâncias perigosas e contaminantes no meio ambiente, bem como a mitigação de seus efeitos adversos.

Art. 4º – Na implementação do Programa de que trata esta Lei, poderão ser adotadas as seguintes ações:

I – desenvolvimento e implantação de processos de permanente monitoramento dos parâmetros de sanidade e sustentabilidade dos alimentos produzidos no Estado;

II – implementação de programas de diagnóstico, vigilância, controle e prevenção de doenças zoonóticas;

III – promoção de educação sanitária e qualificação técnica em boas práticas agropecuárias para a melhoria contínua dos sistemas produtivos;

IV – estímulo a Políticas que promovam o uso sustentável da terra e a proteção da biodiversidade, de forma a conciliar atividades agrícolas e conservação do meio ambiente;

V – promoção do uso racional de antimicrobianos, para prevenção e controle da resistência aos antibióticos;

VI – apoio técnico, qualificação e capacitação continuadas para os gestores, os técnicos e os profissionais envolvidos desde a produção até a comercialização dos alimentos;

VII – ampliação das medidas de saúde pública para prevenção de zoonoses e fortalecimento das estruturas das Unidades de Vigilância de Zoonoses, consideradas bases operacionais estratégicas para o controle de enfermidades e agravos;

VIII – medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica com objetivo de garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos produzidos no Estado.

Art. 5º – A coordenação, no Estado, do Programa de que trata esta Lei caberá a órgão ou comitê competente, garantindo-se a participação de representantes da sociedade civil.

Art. 6º – Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de setembro de 2020.

Coronel Henrique (PSL)

**Justificação:** A relação entre doenças que afetam humanos e animais é estudada desde o século 19, mas foi apenas na década de 1960 que Calvin W. Schwabe, conhecido como "pai da epidemiologia veterinária", criou o termo "medicina única", que mais tarde daria origem ao conceito de Saúde Única, que representa uma visão integrada, que considera a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental.

O conceito foi proposto por organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), reconhecendo que existe um vínculo muito estreito entre o ambiente, as doenças em animais e a saúde humana. A Saúde Única é uma abordagem que considera como humanos e animais interagem ecologicamente em um ambiente, onde qualquer alteração nestas relações provoca desequilíbrios e, conseqüentemente, a propagação de doenças.

Atualmente, com a crise de saúde pública mundial desencadeada pela pandemia de Covid-19, tornou-se evidente a interface da saúde humana e animal na transmissibilidade de doenças por alimentos de origem animal com procedência sanitária desconhecida,

haja vista a possibilidade do novo coronavírus ter se disseminado a partir de um mercado de comercialização de animais vivos e abatidos, sem inspeção, na China. Esse contexto expôs a forte relação entre zoonoses, sanidade animal, segurança do alimento e saúde humana, temas que precisam ser revistos no mundo pós-pandemia e aprimorados nas legislações e nas práticas das cadeias produtivas de alimentos, seja na propriedade rural, no processamento, na distribuição ou na comercialização.

As interações entre humanos e animais ocorrem em diversos ambientes e de diferentes maneiras. Essas interações podem ser responsáveis pela transmissão de agentes infecciosos entre animais e seres humanos, levando à ocorrência de zoonoses. Segundo a OIE, cerca de 60% das doenças humanas têm em seu ciclo a participação de animais, portanto, são zoonóticas, assim como 70% das doenças emergentes e reemergentes. As doenças zoonóticas incluem: Raiva, Infecção por Salmonella, Dengue, Zika, Chikungunya, Febre do Nilo Ocidental, Febre Q (*Coxiella burnetii*), Antraz, Brucelose, Doença de Lyme, Ebola. Assim, o conceito de saúde única torna-se de fundamental importância para garantia de políticas públicas eficientes e de caráter preventivo para a promoção da saúde.

Intervenções de saúde pública bem-sucedidas requerem a cooperação de parceiros de saúde humana, animal e ambiental. Profissionais de saúde humana (médicos, enfermeiros, profissionais de saúde pública, epidemiologistas), saúde animal (médicos veterinários, técnicos agrícolas, especialistas em vida selvagem), meio ambiente (agrônomos, ecologistas) e outras áreas de especialização precisam se comunicar, colaborar e coordenar atividades. O conceito de Saúde Única define políticas, legislação, pesquisa e implementação de programas, em que múltiplos setores se comunicam e trabalham em conjunto nas ações para a diminuição de riscos e manutenção da Saúde. Essa integração pode contribuir para a eficácia das ações em Saúde Pública, com redução dos riscos para a saúde global.

De acordo com a perspectiva da Saúde Única existem quatro áreas que influenciam a situação sanitária em um determinado território: o ambiente, as questões sociais, o aspecto econômico e os comportamentos. Daí a necessidade de colaboração interdisciplinar, visando à melhoria da saúde humana, animal e do meio ambiente.

A Saúde Única objetiva a melhoria da qualidade de vida da comunidade, beneficiando a todos, humanos, animais e meio ambiente, e primando pela saúde, sanidade e sustentabilidade, motivos pelos quais conto com o apoio dos nobres pares para a criação do Programa de Promoção da Saúde Única do Estado de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.169/2020

Declara de utilidade pública o Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 2020.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.



**REQUERIMENTOS**

Nº 6.252/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a previsão da retomada do processo para a efetivação da posse dos 1.000 professores da rede pública estadual de educação, bem como sobre as diretrizes e os protocolos que estão sendo elaborados para ser adotados tão logo se reinicie o processo, interrompido pela Resolução nº 10.153, publicada no diário oficial do Estado no dia 16/4/2020 e assinada em conjunto pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e pela Secretaria de Estado de Educação – SEE. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.253/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre a execução das obras de recuperação funcional de 19,94km do pavimento da Rodovia MG-105, no trecho Pavão-Águas Formosas, do Km 174,20 ao Km 194,14. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.254/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e outros, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pedido de providências para que seja mantida a vara do trabalho de Viçosa. (– À Comissão de Administração Pública.)

**Oradores Inscritos**

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde também aos colegas e a toda a população de Minas Gerais que nos acompanha pela TV assembleia e também pela internet!

Sr. Presidente, eu gostaria muito de poder estar aí no Plenário com todos os colegas, de poder olhar no olho e dar um abraço de gratidão em cada um de vocês. Infelizmente, esse tempo de pandemia nos impede de ter um contato físico, mas, definitivamente, não nos impede de trabalhar. O trabalho da Assembleia continuou durante todo esse período. E a aprovação da reforma da Previdência, na semana passada, é prova viva disso. Confesso, Sr. Presidente, que foi uma aprovação que me deixou emocionado por duas razões muito específicas: primeiro pela importância da pauta, pelo passo gigante que Minas Gerais deu por um futuro melhor; segundo pela maneira como essa aprovação aconteceu. Foi um projeto enviado por um governo que, nas eleições, concorreu sem fazer coligação, teve um discurso muito agressivo em relação à política e aos políticos que já ocupavam o Parlamento, elegeu uma base de somente três deputados inicialmente e montou o seu secretariado de forma técnica, sem fazer as alianças políticas que são tão tradicionais na vida do governo brasileiro. Então, restou a esse governo fazer a pauta, o avanço da pauta de seus projetos, com muito diálogo, entendendo que, no Parlamento, estão representantes de todas as regiões de Minas Gerais que defendem interesses legítimos e que têm muita experiência e muito conhecimento para poder adicionar, aperfeiçoar e debater os projetos que são enviados. Esse diálogo não começou apenas na semana passada, no mês passado ou no momento do envio do projeto da reforma. É um diálogo que se estendeu ao longo de 20 meses, talvez até antes, ainda no período de transição. E eu tive a alegria de participar, desde o início, na condição de vice-líder de governo, apontado diretamente pelo governador.

É um diálogo que rendeu outros frutos, antes da aprovação da reforma da Previdência. E eu destacaria que os principais foram a criação dessas pontes de diálogo e a reforma administrativa que fizemos no ano passado, enxugando o Estado e fazendo com que ele focasse no essencial para o cidadão. Cerca de metade das secretarias foram extintas, dezenas de milhares de cargos comissionados foram também reduzidos, mas o Estado continua prestando muito bem, cada vez com mais foco, o seu serviço de saúde, segurança e educação, que tanto impactam a vida de cada cidadão mineiro.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que, de todas as pautas que Minas Gerais precisa para poder avançar, as três principais eram esse enxugamento do Estado, a reforma da Previdência e a desburocratização de Minas Gerais. Ou seja, simplificar a vida de quem quer trabalhar, dar liberdade às pessoas para que possam produzir, investir, gerar emprego e renda.



Ao longo desses últimos 20 meses, eu me comprometi de corpo e alma, com a dedicação da maior parte do meu tempo à criação das pontes de diálogo para o governo, dentro da Assembleia. Passadas as duas pautas principais que dependiam de governo: reforma administrativa e reforma da Previdência, eu tenho a sensação de uma missão cumprida. E pretendo, de agora em diante, focar toda a minha energia, todo meu tempo de mandato para permitir que Minas Gerais seja um Estado mais livre e mais amigo de quem quer trabalhar. Por essa razão, Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a todos os colegas, da mesma maneira que eu comuniquei ontem ao governador Romeu Zema, no almoço que tivemos, que, daqui em diante, deixarei o cargo de vice-líder de governo com um sorriso no rosto, com a sensação de dever cumprido, com a certeza de que continuarei à disposição do governo e do governador para as pautas necessárias para Minas Gerais, mas podemos focar muito mais na urgente demanda que o Estado tem por mais liberdade.

Eu gostaria de agradecer a todos aqueles que colaboraram para que essas pontes de diálogo pudessem ser construídas, para as pautas avançarem e para Minas Gerais estar hoje numa situação muito melhor do que estava no início deste mandato e a relação entre o governo e a Assembleia muito mais frutífera do que jamais sonhamos.

Eu gostaria de agradecer em especial ao presidente Agostinho Patrus, que, desde o início, deixou todas as portas abertas, ainda durante o período da transição para que esse diálogo pudesse se iniciar e se consolidar. Quero agradecer também ao deputado Tadeu Martins Leite que me acolheu como um mentor e ajudou bastante na criação das pontes que hoje fazem com que Minas Gerais tenha esses projetos aprovados.

Quero agradecer também ao deputado Sávio Souza Cruz. Certamente, de todos os deputados é aquele com o qual eu passo mais tempo no gabinete discutindo as questões políticas de Minas Gerais. Agradeço à deputada Celise Laviola pela amizade, pelo carinho, pelos conselhos, especialmente quando me excedo ou fico frustrado. E, em especial, agradeço ao líder Luiz Humberto Carneiro, que foi a pessoa que me acolheu no início do mandato e me ensinou muito sobre como funciona a política dentro do Parlamento, sendo muito generoso e me dando todo o espaço para que eu pudesse trabalhar.

Quero agradecer também ao atual líder, Raul Belém, que foi um companheiro incansável e determinado em toda batalha e em todo diálogo para aprovarmos a reforma da Previdência. E, acima de tudo, agradeço ao governador Romeu Zema pela confiança que depositou em mim logo no início do mandato, me indicando para a posição de vice-líder e tendo a generosidade, que foi demonstrada no almoço que tivemos ontem, de se colocar à disposição para ajudar também nessa pauta de desburocratização.

E finalizo, Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao querido colega Luiz Humberto Carneiro, agradecendo a todos os signatários da Frente Parlamentar pela Desburocratização. São 41 deputados e a todos eles eu digo que este daqui para frente será o foco absoluto do meu mandato. A gente vai ter muito trabalho juntos e eu tenho certeza de que vai poder fazer muito bem para Minas Gerais.

Sr. Presidente, concedo um aparte ao estimado, querido colega e professor, deputado Luiz Humberto Carneiro.

O deputado Luiz Humberto Carneiro (em aparte) – Perfeito, presidente, meu caro Gustavo Santana, hoje aí como presidente dessa sessão. Queria parabenizá-lo, mas não poderia deixar de parabenizar o meu caro amigo Guilherme. Eu costumo dizer que nessa Casa eu fiz grandes amizades nesses 20 anos que aí estou, mas posso dizer que você foi um daqueles bons amigos que eu fiz nessa Casa, mais do que isso, eu deixei a liderança de governo e hoje você está deixando a vice-liderança. Mas, na verdade, eu acho que nós dois somos líderes de governo durante o tempo em que eu estive aí.

Como você mesmo disse, esse espaço que a gente sempre dividia foi muito importante, e eu só tenho que lhe agradecer muito, Guilherme, pelos espaços que você ocupou na minha ausência, sempre juntos dialogando e realmente encontrando o melhor caminho. Mesmo sendo um começo difícil para nós, devagarzinho a gente foi conquistando aquilo que o governo estava propondo.

E eu só tenho que lhe agradecer, meu amigo, não só pelo carinho, mas pela sua atenção. Tenho um reconhecimento imenso do trabalho que você tem feito aí dentro. Mais do que o reconhecimento do trabalho, eu diria da seriedade com que você encara o Legislativo. Você chegou aí já como professor, não chegou como aluno. Realmente, com todo seu conhecimento, com o seu jeitão só,

tenho que lhe agradecer muito e parabenizá-lo por essa maneira firme de ser, de querer saber das coisas nos mínimos detalhes e procurar se aprofundar. Essa é a função nossa aí dentro do Legislativo, justamente de estar analisando passo a passo os projetos que chegam aí – e você tem feito isso com brilhantismo. Acho que devagar você já conseguiu conquistar todos dessa Casa com os seus questionamentos mas também com os seus ensinamentos.

Guilherme, eu sei que se está cedendo um espaço tão importante, como é o da vice-liderança, é porque você tem uma outra missão pela frente. Como você mesmo disse, é uma missão importantíssima e, sem dúvida alguma, esse é o perfil deste governo, é o perfil daquilo que a gente precisa. E Minas, pelo Estado que é, pela posição que ocupa hoje no Brasil, tem de sair na frente. E eu acho que você pode dar essa contribuição muito grande aí dentro dessa comissão de que você tanto gosta e pela qual tanto tem trabalhado. Conte sempre comigo, mas, mais do que isso, conte muito com esse amigo aqui. Você sabe que o admiro muito, e, se Deus quiser, acho que vamos ter ainda muitos anos pela frente. Um abraço, Guilherme. Toque firme e muito obrigado por tudo, meu amigo.

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do deputado Luiz Humberto, muito generoso não apenas na divisão dos trabalhos, no espaço que me concedeu para poder ser um vice-líder mais atuante, mas muito generoso também nas palavras. É uma amizade que estimo muito e que, tenho certeza, vou carregar comigo durante todos os anos de Parlamento e todo o mandato. Muito obrigado, Luiz Humberto, pela gentileza das palavras, pela gentileza do espaço cedido, pela parceria que a gente teve possibilidade de fazer, que, tenho certeza, não se encerra nesse momento e que, daqui para frente, em outras pautas, em outras batalhas, vai somente frutificar e render cada vez melhores dividendos para Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o espaço, a atenção, o tempo... (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Parece que seu microfone foi desativado.

O deputado Guilherme da Cunha – Opa, meu fone tinha encerrado! Queria só confirmar, Sr. Presidente: chegou a ser registrado o meu agradecimento ao deputado Luiz Humberto?

O presidente – Sim, deputado.

O deputado Guilherme da Cunha – Então, Sr. Presidente, dito isso, eu agradeço também a V. Exa. e a todos os colegas do Parlamento pela acolhida generosa, pelo espaço concedido e, tenho certeza, pelo excelente trabalho que a gente ainda tem pela frente para fazer pelo nosso estado. Foi um período muito bom, muito prazeroso e que não se encerra; todos nós estamos unidos buscando o bem para Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente; agradeço aos colegas; agradeço, especialmente, ao deputado Luiz Humberto pelas palavras generosas. Um grande abraço a todos. Agora a gente vai desburocratizar Minas Gerais – e a gente vai fazer isso já e vai fazer junto. Um grande abraço.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde aos colegas deputados e deputadas, a todo o povo mineiro e, para ser mais específico, ao povo do Norte e do Nordeste de Minas Gerais! Bem, hoje eu estou falando diretamente do nosso gabinete! É uma satisfação imensa, depois de meses, adentrar de novo esta Casa.

A minha fala hoje será muito rápida, meus caros colegas. Primeiro, gostaria de agradecer a cada colega deputado, a cada colega deputada que, nesses dias, fez orações, teve pensamentos positivos, rezou, mandou suas energias para mim e para minha família. Como é do conhecimento de todos – nós divulgamos, e fiz questão de divulgar aqui em primeira mão, assim que recebi o resultado do meu estado de saúde. Eu enfrentei a patologia, a doença Covid-19 – eu, minha esposa e minha filha – e, graças a Deus, vencemos a doença. Saímos do hospital agora, no domingo passado. Então, primeiro, eu queria agradecer todo o carinho e todo afeto que recebi desta Casa, que recebi dos servidores desta Casa. Vários servidores me mandaram mensagens, assim como colegas médicos desta Casa, colegas da área de saúde. Expresso aqui minha gratidão, meu muito obrigado; só quem passa por esses momentos e recebe essa energia sabe da sua importância.

Hoje estou aqui no nosso gabinete – passei rapidamente aqui; estou mais perto dos servidores desta Casa e queria ir mais próximo e dar um abraço em cada um, em cada uma que tem sido fundamental. A gente tem falado muito que esta Casa não parou, tem feito seus trabalhos, mas, se não fosse cada servidor, cada servidora desta Casa, a gente não tinha chegado aonde chegamos do ponto de vista do trabalho. Colocaram sua vida em risco, correndo o risco de se contaminar.

Também gostaria de agradecer a cada cidadão, a cada cidadã, a cada comunidade. Recebi muitas mensagens das comunidades. Houve gente que, a cada dia, me mandava fotos do seu jardim, das suas plantas, das suas flores. Houve gente que, a cada dia, me mandava fotos de uma casa, de um monumento da sua cidade, de uma rua da sua cidade. Houve gente que, a cada dia, me mandava uma oração. Teve gente que, a cada dia, me mandava uma música, um bom-dia, assim como vídeos com as comunidades reunidas, com os quilombos que frequento sempre. Isso não tem preço. Isso não tem preço. Isso também é remédio. Isso também ajuda todos nós a nos curarmos, a voltarmos cidadãos e cidadãs melhores e mais fortes.

Eu tenho dito, caros colegas deputados e deputadas, que enfrentei essa pandemia em todos os níveis – eu diria assim. Eu a enfrentei como parlamentar, apresentando muitos projetos de lei. A primeira audiência pública que este estado fez foi de minha autoria, quando o país estava diagnosticando o seu primeiro caso. Enfrentei essa pandemia como cidadão, como todos nós, fazendo o meu papel de quarentena, de isolamento social. Eu falava desde o início e repito sempre isto: haveria um momento em que eu seria convocado a enfrentar a pandemia como um soldado, que assim me considero ser, na área da saúde. Eu fui convocado, e lá eu estava. E lá eu me contaminei, ou seja, enfrentei esta pandemia também como paciente. Enfrentei esta pandemia como acompanhante da minha esposa no hospital. Enfrentei esta pandemia como pai, vendo a minha filha contaminada.

Hoje estou aqui firme, curado, graças a Deus. Ainda tenho retorno médico hoje para receber alta ambulatorial. Olhando aqui, em meu celular, vejo os companheiros e companheiras perguntando: “Dr. Jean, podemos contar com o senhor para o plantão da próxima semana?” Eu disse: “Podem, sim. Pode.” Em momento algum eu me arrependi de ter ido para a linha de frente, de ter atuado como médico. Na terça-feira próxima, eu estarei de plantão na cidade de Araçuaí. Na quarta-feira estarei pronto, de plantão, na cidade de Itaobim, onde resido, onde moro. Ou seja, voltarei para a linha de frente. Sou um dos profissionais deste país que se contaminou enfrentando, trabalhando na linha de frente. Eu me curei e retornarei, eu e a minha esposa, médicos que somos, para a linha de frente.

A partir da próxima semana, eu estarei firme. Não diria que volto um médico mais humano, porque isso sempre tive na minha profissão. Eu sempre falo que o médico tem de passar, que é importante que o médico passe por algumas situações pelas quais o seu paciente passa. Eu voltarei um médico que enxerguei o outro lado da pandemia, o lado daquele que é contaminado. Aprendi com isso? Aprendi, aprendi muito. Em todos os aspectos, a gente aprende, deputado Hely Tarquínio, meu colega médico que tanto admiro. Aprendi muito. Vou voltar, com certeza, um médico com uma visão diferente, inclusive da patologia, porque quando a gente recebe carga de medicamentos, de corticoides, quando a gente vê tratamentos diferentes, a gente fala: “Que interessante, vou levar isso para a minha cidade.”

Eu quero agradecer à Fhemig, que me auxiliou, ao Hospital Júlia Kubitschek. Quero agradecer porque nos serviram. Quero agradecer imensamente ao Dr. Frederico Thadeu, ao Dr. Marco Antônio, que enfrentam, que estão na linha de frente também no Hospital Madre Teresa, onde ficamos. Quero agradecer a cada servidor daqueles hospitais, desses hospitais que nos atenderam muito bem em todos os momentos, em todos os momentos.

Quero mais uma vez chamar a atenção, meu caros colegas deputados e deputadas, e dizer que é passada a hora de lutarmos juntos para valorizar os profissionais de saúde, que, dia e noite, colocam a vida em risco para salvar outras vidas; é preciso valorizar principalmente a área da enfermagem, que é tão desvalorizada. É um absurdo enfermeiros, enfermeiras, técnicos ganharem tão pouco. Em alguns casos, chegam a ganhar menos que um salário mínimo, e nos recebem e nos tratam tão bem.

É lindo ver uma servidora da copa, da cozinha, entrar no quarto e dizer: “Que bom que vocês estão melhorando! Quero que vão para a casa, mas vou sentir falta de vocês. Vocês nos tratam diferente”. Como é bom ouvir isso, e eu ouvi isso no meu dia a dia no

hospital. Ouvi a enfermeira entrar com um sorriso. Hoje mesmo enviei uma mensagem para uma enfermeira dizendo o seguinte: “Obrigado por sua alegria; a sua alegria também nos curou”.

Então volto, sim, um médico diferente. Sempre é tempo, sempre é época de a gente aprender cada vez mais. A partir da próxima semana, meus caros colegas, continuarei firme o meu trabalho na Assembleia, nunca faltando a uma reunião. Não faltou às reuniões, nem de maneira presencial, nem mesmo aqui, de maneira remota, e acho um absurdo – desculpem-me – o colega faltar até de maneira remota. Às vezes nos envergonha ver essa situação. Mas estarei firme, e firme também dentro do hospital, atendendo os meus pacientes a partir da próxima semana e colocando em prática o que a doença me ensinou em todos os aspectos: o aspecto das medicações, das doses de medicamentos, das experiências de um hospital para outro, bem como o aspecto humano.

Como disse, no início, sobre a questão de voltar ou não mais humano, é porque sempre, desde os 14 anos, quando fui porteiro do hospital, considero a questão humana essencial, deputado Hely Tarquínio, para a cura das doenças. É tratar bem, sorrir, abraçar, sentar ao leito, coisa que não podemos fazer agora, em meio à pandemia. Tudo isso ajuda os nossos pacientes a se curarem. É colocá-los em contato, dar notícia a seus familiares, ter respeito pelo cidadão. O cidadão ou a cidadã não é uma doença. Quando alguém adoece da Covid, não é o pulmão que adoece, não é o intestino e não é o cérebro que adoecem. Ele adoece em corpo e alma. É por isso que temos, cada vez mais, de ser médicos de corpo e de alma.

Muito obrigado, meus caros colegas. Uma boa tarde a todos vocês!

O presidente – É com muita alegria, deputado Jean, que acompanhamos toda a sua recuperação. Tínhamos certeza de que Deus ia abençoá-lo. Assim como eu, você é um dos grandes defensores do nosso Vale do Jequitinhonha, e tinha certeza de que Deus ia protegê-lo para deixá-lo preparado novamente para ficar à disposição das mineiras e dos mineiros.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas, colegas deputados, povo mineiro que nos acompanha, equipe da Assembleia Legislativa! Quero falar logo após a fala do meu colega Doutor Jean e dizer que ele encerra brilhantemente trazendo a menção a São Lucas – Médico de homens e de almas. Espero, Doutor Jean, que você realmente possa estar revigorado para nos ajudar nas batalhas e nas lutas que ainda são muitas. Essa experiência que o senhor acumulou certamente vai ressignificar a sua vida, a vida dos seus, e também a leitura sobre justiça social, sobre uma atuação primorosa em prol dos mais vulneráveis, prioritariamente.

Dr. Jean, vou aproveitar a sua presença aí, na Assembleia Legislativa, o que muito me enche de esperança e me motiva – compomos algumas frentes parlamentares discutindo pautas que são relevantes para nós, para os nossos mandatos, para as pessoas que nos acompanham –, para trazer hoje mais uma pauta, que, tenho certeza, será muito importante para o seu debate no Vale do Jequitinhonha, região que certamente poderá ficar muito afetada.

Ontem, a Copasa publicou um comunicado de fato relevante informando aos acionistas e também ao mercado que recebeu um ofício do governo do Estado de Minas Gerais autorizando o Conselho Mineiro de Desestatização a assinar o contrato com o BNDES para a prestação de serviços técnicos necessários para estruturar e implementar a privatização – vamos popularizar o termo aqui – da empresa. Isso me chamou muito a atenção e me deixou muito preocupada. Eu sei que essa é uma pauta deste governo do Novo, sei que é uma das pautas prioritárias, mas me chamou muito a atenção. O que tudo isso quer dizer? Quer dizer que o Estado começa agora a colocar em prática o projeto de privatização de um dos maiores bens de Minas Gerais, que é a Copasa. Todos nós sabemos que a universalização do acesso ao saneamento básico é um direito constitucional de todos nós, brasileiros e brasileiras, e não podemos abrir mão de um bem público do nosso estado em troca de pagar mais caro por um serviço que é básico, elementar e essencial na nossa vida. Preocupo-me bastante, porque os impactos serão grandes, principalmente para a população mais vulnerável, para as pessoas que estão nas regiões mais empobrecidas do Estado, o Norte, o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri, regiões que

precisam muito dessa estruturação. Eu digo isso sem nenhum exagero, porque essa é uma realidade que nós conhecemos muito bem pelas nossas vidas, especialmente pelas nossas origens. Eu especialmente vim das regiões periféricas de Belo Horizonte.

O Dr. Jean traz para a gente aqui reflexões sobre a pandemia, e é justamente neste momento da pandemia que ficou muito clara a importância dos serviços públicos, que ficou muito clara a importância da água, a importância do saneamento básico, como essas questões podem salvar vidas e que, se elas não forem cuidadas, podem inclusive encarecer e sobrecarregar o nosso sistema de saúde. Então, eu quero chamar a atenção e dizer para todos aqui da minha preocupação com a garantia do saneamento básico para todos, com a garantia também do direito à água.

Eu protocolei na Assembleia Legislativa a criação de uma frente parlamentar, da frente parlamentar em defesa do saneamento básico e da saúde pública. Vamos fazer um debate amplo, e quero trabalhar na perspectiva de sensibilizar as senhoras deputadas, os senhores deputados e toda a população do Estado de Minas Gerais para essa importante pauta. Eu tenho a certeza de que todos estarão dispostos a fazer esse debate, porque a privatização só pode acontecer se aprovada pela Assembleia. Nós, deputados, não nos furtaremos ao debate, não teremos como não fazê-lo. Estamos aí representando a nossa população mineira e o faremos. Temos de fazer com bastante consciência e com bastante compromisso social.

Eu trouxe alguns dados aqui, presidente, que quero também compartilhar. A privatização do saneamento básico precariza a saúde pública e dificulta o acesso ao saneamento. Automaticamente, isso eleva o custo, a despesa do Estado com a saúde pública. A Copasa, enquanto estatal, tem a função social de estar presente e de prestar esse serviço. Eu me preocupo com esses impactos, especialmente no interior, como eu já falei. Os dados que tenho aqui são os seguintes: hoje, a Copasa está em 641 municípios para fazer o abastecimento de água; atende a 11.600.000 mineiros; tem 311 concessões relativas ao serviço de esgoto. Ou seja, ela está presente em 75% do Estado. Como ficarão essas cidades, os pequenos municípios em especial, vários deles no Mucuri, no Jequitinhonha, no Norte? Nós temos municípios pequenos em todas as regiões do Estado. Vários deles são distantes da capital e têm um sistema que já é deficitário. Então, a privatização, a princípio, pode comprometer esse atendimento e essa oferta do saneamento básico, e isso nos preocupa bastante, porque grande parte da nossa população está nessas regiões que tendem a ter maiores dificuldades.

A gente precisa estar atento, porque há uma falácia que considera que a empresa privada é mais eficiente do que a empresa pública, e isso pode custar muito caro para o Estado. Um exemplo dessa ineficiência são as telefonias. Quem aqui nunca teve que reclamar do sistema de telefonia? Se formos ao Procon, do lado da Assembleia, vamos ver que elas estão aí liderando as listas de reclamações. O governo vai deixar de ter lucro para ter despesa. Então, um estado que já está passando por dificuldade financeira abrir mão de algum recurso e ter que pagar para garantir um serviço básico para a sua população é algo bastante contraditório.

Outro dado que eu trouxe aqui, presidente, é que a Copasa encerrou o segundo trimestre deste ano de 2020 com um lucro de R\$146.000.000,00, 23% maior que o do ano passado. Para que um governo em crise, reclamando de recurso, tirando direito do servidor, como vai acontecer com a reforma da Previdência, quer privatizar uma empresa que atende 75% do Estado e que dá lucro? Se desse prejuízo, a gente poderia até discutir, mas não é o caso, a Copasa é uma das empresas do Estado que dão lucro. Isso não é razoável, é uma ameaça à saúde pública e à universalização do direito ao saneamento básico e da garantia do direito à água.

É claro que esse movimento do Estado não está dissociado dos movimentos perversos do governo federal, do novo marco legal do saneamento que foi aprovado recentemente no Congresso. E tudo isso tem razões inclusive ideológicas, princípios outros que não se preocupam tanto com a vida da nossa população.

Eu quero convidar todos os colegas deputados, as colegas deputadas, toda a população de Minas para engrossar esse debate, para nos fortalecer. Esse é um assunto que eu venho estudando, discutindo com especialistas, com instituições, como a Abis aqui, em Minas Gerais, discutindo com pessoas no Norte de Minas, no Jequitinhonha, no Mucuri. Eu tenho certeza de que essa é uma

pauta que é de interesse de todas e de todos nós. Então, queria convidar a todos para a gente fortalecer esse debate. Certamente a Assembleia vai discutir esse assunto com muita profundidade, e vamos garantir aqui a manutenção do bem público dos mineiros.

Para encerrar, presidente, quero destacar que hoje, dia 10 de setembro, é o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio. Nós estamos aqui também no mês de setembro, que é o mês amarelo, e precisamos, sim, falar sobre esse assunto, sobre suicídio, que é um tema considerado tabu, mas conversar sobre ele pode salvar vidas.

Só para registrar, o autoextermínio é a segunda principal causa de morte entre os jovens de 15 e 29 anos. Esse dado é da Organização Mundial da Saúde. Então, nós precisamos falar, sim, sobre esta temática, sobre o suicídio, e buscar formas de cuidar da nossa população, dos nossos adolescentes e jovens. A pandemia trouxe também esse aspecto da preocupação com a saúde mental da nossa população. Eu quero também reforçar a importância de estarmos atentos a cada sinal, a cada manifestação que nos chame à atenção e que nos preocupe sobre o suicídio.

Assim, presidente, encerro hoje o meu pronunciamento convocando toda a sociedade mineira para nos ajudar a cuidar das vidas, das vidas que se perdem através do suicídio, mas principalmente das muitas vidas que podem se perder com processos complicados como esse da privatização da Copasa que foi proposto. Muito obrigada, presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Tudo bem, presidente? Está dando para ouvir direitinho?

O presidente – Perfeitamente, deputado.

O deputado Carlos Pimenta – Então está bom. Eu quero cumprimentá-lo e quero cumprimentar os companheiros e companheiras, deputados e deputadas de Minas Gerais.

Presidente, eu pedi a palavra hoje, eu me inscrevi para levantar um tema que é de muita importância para Minas Gerais toda. O Superior Tribunal de Justiça apresentou um projeto criando o Tribunal Regional Federal em Minas Gerais, a 6ª Região, aqui, em Minas Gerais. O relator desse projeto foi o deputado mineiro, Fabinho Ramalho, um grande amigo, um grande companheiro, por quem tenho um respeito muito grande. O Fabinho mais uma vez brilhou. Ele fez o relatório, apresentou o projeto substituto e, através desse projeto, conseguiu ajustar toda aquela engrenagem. Foi votado na Câmara. Graças a Deus, nós tivemos votos suficientes para que pudesse ser criado esse Tribunal Regional Federal. Será um tribunal com 18 juízes, mais ou menos, em torno de 200 funcionários como um todo. Ele conseguiu mostrar que poderia criar toda essa estrutura, como ele fez, sem aumento de despesa, apenas remanejando os juízes substitutos que tínhamos, os funcionários que já estavam servindo à Justiça Federal. Esse projeto foi para o Senado.

Lá no Senado, confesso, cheguei a ficar com muito medo, porque a reação foi muito grande. Muitos senadores de outros estados, inclusive senadores de quem eu tinha o conceito de serem pessoas inteligentes, pessoas preparadas, organizadas, começaram – vamos dizer assim, na gíria – a fazer corpo ruim no nosso projeto, e eram vários (– Falha na transmissão do áudio.). Finalmente, no dia 7 de setembro, o Senado aprovou a criação do Tribunal Regional Federal – TRF –, da 6ª região, aqui para Minas Gerais.

Imaginem que todos os processos, numa última instância, numa instância intermediária, todos os processos de Minas Gerais iam para Brasília, e, lá em Brasília, a gente sabe que eram atendidos, não só a capital – que deve ter muito trabalho também –, Minas Gerais e o Estado de Goiás, e isso estava atrasando muito o julgamento de recursos em 1ª instância do Tribunal Regional Federal, que é lá em Brasília. Aí veio aquele pessimismo muito grande, mas nós entendemos que os senadores mineiros, o senador Anastasia, por quem particularmente tenho um respeito muito grande, os senadores Rodrigo Pacheco e Carlos Viana se organizaram e conseguiram mostrar ao Senado brasileiro a importância da criação desse tribunal. Então eu queria, neste momento, prestar as minhas homenagens aos nossos senadores e aos deputados federais, na pessoa do Fabinho Ramalho, pelo trabalho excepcional que fez. O Fabinho é incrível, uma pessoa que, além de amigo, é muito bem articulado e tem essa expertise de fazer as coisas boas nas horas certas. O Fabinho conseguiu, com o seu relatório, com o seu processo substituto, apresentar um belíssimo relatório, que foi aprovado em Brasília.



Eu começo a minha fala citando a criação desse TRF, desse Tribunal Regional Federal para tocar num ponto muito sensível, sobre o qual estou muito preocupado. Eu estou muito preocupado com o destino da Lava Jato. Esse programa, essa ação não pertence mais à Justiça Federal, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, mas pertence ao povo, ao povo brasileiro.

A Lava Jato se iniciou há alguns anos e, sem dúvida alguma, é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro de toda a história do Brasil, para não dizer uma das maiores do mundo – uma das maiores do mundo. Quando ela foi apresentada, é claro que, naquele momento, a gente viu expostas as entranhas de instituições que, até então, eram intocáveis, sagradas, como a Petrobras; empreiteiras de nome e com trabalhos internacionais, como a Odebrecht e várias outras. E a população brasileira foi assistindo, com muita participação, ao desdobramento dessa Operação Lava Jato. Passaram-se alguns anos e essa operação gerou personagens importantes da história brasileira, como o juiz Sérgio Moro; o procurador Dallagnol, que coordenou a PGR, Procuradoria-Geral da República, e foi um dos coordenadores da Lava Jato. Nós vimos desmoronar estruturas e políticos importantes ou que, pelo menos, foram importantes para o Brasil.

Não estou aqui querendo citar nome de ninguém, aqui não é nenhuma caça às bruxas. Quem errou ou pagou ou vai pagar. E a Operação Lava Jato, mesmo nos últimos meses, aos trancos e barrancos, apresenta resultados excepcionais. Foram bilhões – bilhões – de recursos repatriados de lugares famosos do mundo todo, de bancos da Europa. Enfim, foram bilhões repatriados, que vieram de volta ao Brasil, e nós vimos aí que essa operação era necessária, é necessária, e precisa ser necessária para continuar esse trabalho espetacular que vem fazendo.

Eu quero então, presidente, trazer algumas homenagens. Eu não estou aí, em Belo Horizonte, presencialmente, mas quero apresentar algumas homenagens. Eu quero homenagear a Polícia Federal, na pessoa do deputado federal Marcelo Freitas, aqui de Montes Claros, delegado da Polícia Federal. O Dr. Marcelo tem uma história muito grande e muito bonita à frente da Polícia Federal. E hoje, afastado da instituição, ele ocupa o cargo de deputado federal, e tem sido de uma precisão cirúrgica para abordar temas importantes, sensíveis à nossa região. Marcelo tem sido o deputado que está fazendo a diferença aqui no Norte de Minas, trazendo recursos importantes para a área da saúde. Ele trouxe recursos que são fundamentais hoje para manter os nossos hospitais abertos, aqui de Montes Claros, ajudando muito a Santa Casa de Montes Claros, o Hospital Dilson Godinho, o Hospital Aroldo Tourinho, o hospital universitário. Ele tem ajudado muito nessa recomposição dos municípios na área da saúde, e principalmente no combate à seca. Sem se esquecer do seu DNA, que é o DNA de um delegado federal, e sempre procurando e sempre apoiando iniciativas de combate à corrupção. Esse é o nosso delegado Dr. Marcelo Freitas.

Eu quero fazer uma homenagem à Justiça Federal. E nós vamos ter, se Deus quiser, mesmo com toda a má vontade de outros estados, daquelas pessoas que estão de sobreaviso, que estão de plantão para poder barrar iniciativas dessa natureza, sempre dizendo: “Não é hora, não; nós estamos vivendo uma pandemia, nós estamos precisando de dinheiro para combater o coronavírus. Para que criar o Tribunal Regional Federal de Minas Gerais neste momento?”. Mas são pessoas que estão de prontidão, de plantão para isso mesmo. Quando você vê uma iniciativa boa, essas pessoas dão palpites – como se diz aqui no Norte de Minas, não é, Virgílio? – de égua. Palpite de água é cangalha. E a gente sabe que essas pessoas não querem que esse tribunal seja criado aqui, em Minas Gerais.

Eu quero parabenizar e cumprimentar o Ministério Público Federal e também o Ministério Público Estadual. Esse órgão, seja em âmbito federal, seja em âmbito estadual, está de prontidão. É a instituição, são as pessoas que fazem a defesa da Constituição Brasileira, a defesa da ética, a defesa da moral, a defesa dos bons costumes, a defesa da sociedade mineira e da sociedade brasileira. Deixo os nossos agradecimentos e os nossos cumprimentos ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Ministério Público brasileiro.

Presidente, ao terminar a minha fala, bato palmas pela criação do nosso Tribunal Regional Federal de Minas Gerais. Os cumprimentos, eu já os fiz, mas também deixo as minhas orações para que as autoridades que têm a caneta na mão, o procurador-geral Aras, o presidente da República, o ministro da Justiça não deixem acabar essa operação, que começou para investigar – a Lava Jato –,



para investigar a corrupção e a lavagem de dinheiro. Não se achava que, naquele momento, seria essa operação frondosa, que traria a esperança ao coração dos brasileiros. Nós esperamos que essa operação continue dentro da ética – como sempre –, mas com muita coragem, com muita perseverança. Ela ainda está agindo. Hoje mesmo, ela está nas ruas. Os policiais federais estão nas ruas, denunciando e prendendo bandidos que usam recurso público que era para comprar respiradores, testes, medicamentos, para mandar esse dinheiro para paraísos fiscais fora do Brasil. Sabemos que essa operação ainda tem muito trabalho a fazer, porque os bandidos, os ladrões ainda não foram todos presos. Ainda há muito bandido solto. E a Operação Lava Jato tem que continuar para o bem da ética, para o bem da moral e para o bem do povo brasileiro. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Grande companheiro e amigo deputado Carlos Pimenta, amigo de minha família há vários anos, principalmente do meu amado pai, nosso eterno deputado Zé Santana, que já foi presidente desta Casa.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Eu quero deixar aqui a minha saudação ao deputado Jean, que proferiu o seu discurso, dando o seu depoimento pessoal, pois viveu os vários aspectos da pandemia. Ele também é uma pessoa que continua tendo uma função proativa, junto com outros, como o deputado Carlos Pimenta, que tem trabalhado muito na nossa região do Norte de Minas, dentro das suas possibilidades, como toda a bancada norte-mineira. O Dr. Hely, presidente da Comissão Financeira e Orçamentária, além de estar nessa comissão tão importante, também está na sua tarefa de médico neste momento difícil.

Então, deixo aqui a minha saudação muito especial a esse trabalho feito, à nossa equipe de colegas da área de saúde, que têm sofrido e ajudado a diminuir o sofrimento de tantas pessoas. Isso tem-nos preocupado cada vez menos, porque o pico da pandemia vai passar felizmente.

Eu queria também voltar a um assunto recorrente em meus pronunciamentos: o outro aspecto da pandemia, que são os seus efeitos econômicos. Eu vi hoje que o governo do Estado lançou o programa Minas Avança ou Avança Minas – não me lembro do nome –, que é um programa de investimento que será implementado em nosso estado; um programa importantíssimo para que a nossa economia possa encontrar novamente o rumo do crescimento.

Falo isso muito à vontade porque, desde o final do ano, início deste ano, eu tenho apresentado projetos de lei nesse sentido. É claro que não é muito meu feito ficar aqui disputando autoria, aproveitando o momento para fazer autoelogios, discursos autoapologéticos. Não é o que faço. Mas eu chamo atenção – e tenho insistido com isso, inclusive, no último dia –, para a possibilidade de apresentar projetos numa área tributária.

A nossa Constituição não permite apresentação de projetos no último quadrimestre. No dia 31 de agosto apresentei um projeto aqui que foi um coroamento de todos os meus projetos. Retirei os anteriores e consolidei todos em um único, o Projeto nº 2.159. É um projeto que enfeixa todas as minhas proposições que apresentei aqui nesse sentido. Ele tem uma parte importante, que é exatamente da retomada do investimento. Acho até que o governo pegou o mesmo rumo, apesar de ele ser mais acanhado do que aquilo que apresentei. É claro, ele não pode fazer as alterações legais. Até apresentou, através de decreto, que pode fazer alguns avanços, mas não vejo por que esse (– Falha na transmissão do áudio.) da necessidade de alterações legislativas. Essa Assembleia é inteiramente aberta a isso neste momento difícil não só da pandemia do coronavírus, mas também da pandemia econômica, que cada vez se aprofunda. O cenário mais otimista para o Brasil já previu queda do PIB entre 5% e 6%, que é aquilo que os mais pessimistas falavam no início da pandemia. Então, a situação realmente é difícil.

Portanto, eu queria aqui voltar a insistir que, além desse projeto (– Falha na transmissão do áudio) não o conheço, muitas coisas apresentei aqui. E falo com todo respeito à nossa bancada do Norte mineiro, pois não fico aqui disputando autoria, não faço isso. Mas eu tive o cuidado, dentro da minha área de atuação, representando essa unida bancada do Norte de Minas, de apresentar os projetos de lei que foram necessários para que alguns projetos importantes ali pudessem ser apresentados. Não há dúvida alguma.

Quando perguntaram para um órgão de imprensa regional sobre os meus projetos, eu tenho que dizer o que foi feito. Por exemplo, a LDO de 2020 permite que lá na Área Mineira da Sudene os projetos não precisam obedecer todos os requisitos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias exige para os demais locais: os projetos estruturantes de abastecimento de água e projetos estruturantes viários.

Estava aí o presidente Hely, que tanto ajudou na aprovação desses aspectos, e sabe que isso foi fundamental para viabilizar projetos do Norte de Minas. Não quer dizer que ser oposição é querer o quanto pior melhor. De jeito algum! Fiz em nome da nossa bancada. Conversei com o nosso coordenador sobre isso, como fiz também na questão do aporte de recursos para o Idene, que também foi assim e contou com a boa vontade do nosso presidente Hely.

Tudo isso agora faz parte da prestação de contas que tem que fazer àqueles que votaram em mim e faz parte também da obrigação do governo. Não é ficar fazendo louvores à oposição. Não, mas tem que fazer justiça a quem apresentou os projetos que viabilizaram as medidas. Porque, de alguma maneira, eu compreendo que as atenções estavam voltadas, sobretudo, para os aspectos sanitários na pandemia. Lá atrás eu estava preocupado com os aspectos econômicos, daí ter apresentado diversas soluções que a Assembleia aprovou. Não existe projeto de fácil efeito. Projeto não tem efeito. O que tem efeito é lei, e a lei não é minha. Eu posso ser autor de um projeto de lei. A lei é da Assembleia, a lei é coletiva, é de todos.

Então, também acho que é um ato mínimo de justiça do governo do Estado quando reconhece que, ao tomar determinadas medidas, obedeceu determinadas diretrizes legais. E não faria também sentido um governo lançar um programa ilegal, sem amparo legal, ao arrepio da lei. Eu falo isso muito tranquilamente porque vejo nesse gesto do governo de lançar um programa... Ele lançou seu programa mais limitado do que eu gostaria, e continuarei lutando aqui. Agora, então, vamos nos voltar para um projeto mais arrojado do que esse. Pode-se manter o nome. O governo já o rebatizou; era um projeto de lei que apresentei desde o primeiro semestre. Cobrei várias vezes aqui. Agora é um novo projeto que englobou todos que apresentei. Retirei todos e os coloquei em um projeto só, que vai responder pelas questões tributárias para resguardar a capacidade econômica do Estado, as finanças do Estado e também os fatores estruturais para a retomada do investimento.

Então, faço aqui um apelo também para que analisem esse projeto. Seria um preconceito o autor dizer se isso ou aquilo é bom ou não é bom. Com esse lançamento feito hoje pelo governo do Estado, pelo governador Zema, eu fico satisfeito porque, de alguma maneira, o governo mesmo – sem entrar nas preocupações de alguns parlamentares com essa questão de autoria – teve sua iniciativa. É justo; eu o cumprimento e não vejo problema algum nisso. Apenas ele me estimula mais a lutar para que um projeto mais completo, mais abrangente possa ser votado, respeitando aquilo que o governo faz dentro das suas limitações, que são muitas.

Nesse sentido, quero deixar um registro aqui. Enfim, a minha preocupação é com o Estado. A maneira de nós enfrentarmos a crise fiscal tem que ser com algum corte, seguramente; mas, sobretudo, a maneira saudável de enfrentar a crise fiscal é colocar a economia para funcionar, ter fontes saudáveis de crescimento da arrecadação, ter caminhos saudáveis para acelerar o investimento e, através da aceleração do investimento, acelerar o crescimento da economia – um enfrentamento, portanto, global e sustentável da economia mineira.

Esse, sim, é o caminho de se enfrentar a questão fiscal gravíssima que vivemos; não vamos negar a questão fiscal, como eventualmente alguns fazem, como se ela não existisse e pudessem sair fazendo gastos, dando vantagens, distribuindo benefícios, distribuindo bondades, não; mas também não vamos nos apequenar, não vamos ter um raciocínio amesquinhado de focar em cortes que apenas têm resultados a curto prazo e, a longo prazo, costumam, inclusive, aprofundar o problema fiscal porque aprofundam a crise econômica e freiam o nosso desenvolvimento.

Por isso mesmo, fico aqui muito à vontade para fazer – e cumprimento aqui o orador que me antecedeu, o deputado Carlos Pimenta... Já fiz elogios ao seu trabalho na área da saúde, como já os fiz, em outros momentos, ao trabalho de outros parlamentares, ao coordenador da nossa bancada, deputado Tadeu Martins; já fiz referência ao trabalho, na área de transportes e de infraestrutura, do

deputado Arlen Santiago; enfim, não estou aqui para disputar autorias, mas para me somar e insisto que é necessário agora nos voltarmos de uma maneira muito intensa para as terapias econômicas da pandemia que nos ameaça tanto: a crise econômica, o aprofundamento da crise fiscal.

Eu deixei claro, várias vezes aqui, que tinha muitas concordâncias sobre a necessidade de uma reforma da Previdência, nunca ocultei isso. Não ajudei a dar maioria até porque sou solidário à minha bancada; não o fiz, mas nunca em debates com sindicatos – em todos – deixei de levantar aqueles pontos que – acho – eram positivos, necessários, e nunca deixei de fazer referência a isso. Agora, também não posso deixar de fazer referência ao fato de que o governo, ao lançar esse plano, como foi hoje – e não o conheço em detalhes –, faz um gesto num sentido aqui que, desde o início do ano... Talvez não tenha havido nenhuma semana em que eu não tenha insistido nesse ponto. Não só insisto cobrando, mas fazendo aquilo que, na minha opinião, é o mais importante para o Legislativo: legislar, e não esperar o governo mandar projetos. É nós mostrarmos o que nós pensamos. Nós temos pensamentos, nós todos temos pensamentos sobre vários aspectos da nossa vida econômica, como tivemos no que se refere à pandemia do coronavírus.

O presidente – Deputado Virgílio, só para informar que o deputado Carlos Pimenta está pedindo aparte.

O deputado Virgílio Guimarães – Portanto, insisto. Já fiz uma parte, com um projeto que concilia todas as minhas ideias sobre esse assunto, o Projeto 2.159/2020. Vou, cada vez mais, portanto, a partir dessa iniciativa louvável do governo, insistir para que a Assembleia também dê uma ajuda robusta para a retomada do crescimento econômico saudável do nosso estado.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte) – Meu caro amigo Virgílio, eu quero, primeiro, cumprimentá-lo pelo seu projeto. Hoje, na nossa bancada, na parte da manhã, fiz uma brincadeira com o senhor. Espero que esse pronunciamento não seja em função...

Foi uma brincadeira, mas quero dizer que a bancada do Norte tem, na verdade, muito orgulho de tê-lo em nosso meio. Talvez seja a bancada mais unida que exista na Assembleia Legislativa. Quem é bloco para chegar perto da nossa união, do nosso interesse, porque ali não vale muito essa questão político-partidária. A nossa bandeira é a bandeira do Norte de Minas, é a bandeira da luta contra a seca pela qual nós estamos passando aqui, agora; é a luta contra o desemprego; é a luta pela criação das empresas, através da Sudene, Virgílio, que é tão pouco valorizada por todos os governos. Eu não vi um governo que valorizasse, na última década, a Sudene, da forma como precisamos que essa empresa seja valorizada, essa autarquia, porque ela pode trazer bilhões para o Norte de Minas.

Então, eu queria dizer, de público, que além da amizade que tenho pelo senhor, do respeito que tenho pelo senhor... Talvez o senhor seja mais importante para a bancada do Norte do que para a bancada do PT.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte) – Veja bem: O PT tem os caciques deles, os figurões, que muitas vezes não dão o valor necessário a um deputado estadual, que foi deputado federal por muitos mandatos, que ajudou Minas Gerais em todas as circunstâncias, que tem uma bagagem, uma experiência muito grande. O senhor, com muita honra, faz parte da nossa bancada do Norte, tão unida, tão importante para a nossa região. Nós temos a sorte de tê-lo em nosso meio. Muito obrigado, Virgílio. Desculpe-me pela brincadeira na parte da manhã.

O deputado Virgílio Guimarães – Foi brincadeira, sim, o que só nos aproxima cada vez mais. Um abraço. Obrigado pelo aparte, muito obrigado mesmo.

### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/9/2020.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/6/2020**

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados Coronel Henrique e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater questões e prestar esclarecimentos relacionados ao direito do consumidor e às relações de consumo no contexto da pandemia de covid-19. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.900/2020, dos deputados Bartô, Cleitinho Azevedo, Douglas Melo, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado, em que requerem seja realizada audiência pública para debater questões e prestar esclarecimentos relacionados ao direito do consumidor e às relações de consumo no contexto da pandemia de covid-19. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência agradece a presença do Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador-geral da Espaço Cidadania. O presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado e aos parlamentares para suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2020.

Bartô, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES**

– Foram recebidos, nos termos do item 3 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada na edição de 21/3/2020, os seguintes ofícios:

**OFÍCIO Nº 528/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 141/2020)**

Itaobim, 3 de setembro de 2020.

Assunto: Solicitação de reconhecimento estadual de estado de calamidade pública.

Senhor Presidente,

O município de Itaobim, inscrito no CNPJ sob o nº 18.414.573/0001-27, neste ato representado pelo Chefe do Executivo Municipal, Charles Vieira da Costa, portador da Carteira de Identidade RG MG-5.317.265, inscrito no CPF/MF nº 832.272.616-34, com domicílio especial na Avenida Walter Oliveira, nº 139, Centro, Itaobim, CEP: 39.625-000, vem por meio deste, encaminhar o Decreto nº 124 de 2 de julho de 2020, que declara estado de calamidade pública no âmbito de todo o território do Município de Itaobim, decorrente da pandemia causada pelo agente coronavírus (Covid-19).

Dessa forma, solicita-se o reconhecimento estadual da situação de anormalidade declarada.

Atenciosamente,

Charles Vieira da Costa, prefeito municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 124/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/525/889/1525889.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**OFÍCIO Nº 529/2020**

**(Correspondente ao Ofício nº 174/2020/GAB.PMVP-MG)**

Várzea da Palma, 27 de agosto de 2020.

Assunto: Solicitação

Referência: Estado de Calamidade

Excelentíssimo Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos diante do exposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), informar que o Município de Várzea da Palma decretou Estado de Calamidade Pública através do Decreto Municipal nº 070 de 26 de agosto de 2020, visando adotar medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Para tanto submetemos o supracitado Decreto, cópia anexa, ao Legislativo Estadual visando a ratificação de nosso instrumento normativo.

Sem mais para o momento e ao inteiro dispor de V. Exa. para quaisquer informações adicionais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Eduardo Monteiro de Moraes, prefeito do Município de Várzea da Palma.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 070/2020**

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/525/890/1525890.pdf>

– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o ofício à Mesa da Assembleia, que disporá de 24 horas para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno e do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência, no uso de suas atribuições, determina que os Projetos de Lei nºs 2.059/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, 2.125/2020, do deputado Cristiano Silveira, 2.127/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, e 2.135/2020, do deputado Elismar Prado, sejam anexados ao Projeto de Lei nº 1.841/2020, do deputado Raul Belém, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 11 de setembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.